SIMULADO ESPECIAL

TJ TO

Técnico Judiciário
Apoio Judiciário e Administrativo
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TJ TO – Técnico Judiciário – Apoio e Administrativo – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ TO;

*2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Cebraspe.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - **https://bit.ly/Simulado-TJ-TO-21-05**

01 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	61 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	62 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	63 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	64 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	65 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	66 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	67 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	68 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	69 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	70 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	71 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	72 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	73 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	74 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	75 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	76 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	77 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	78 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	79 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	80 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Luiz Felipe

01. "Os encantos da cidade não deixavam a solidão predominar. 'Eram dias de alegria que contagiavam os habitantes dali', dizia um certo historiador, ressaltando que o estilo de vida era o principal atrativo de Sertãozinho".

Abaixo propomos uma série de modificações para os componentes desse segmento do texto. A única modificação que se mostra adequada é:

a) dizia um certo historiador / dizia um historiador certo.

b) a solidão predominar / que a solidão predominasse.

c) ressaltando que o estilo de vida / quando ressaltou que o estilo de vida

d) que contagiavam os habitantes dali / que dali contagiavam os habitantes

e) Eram dias de alegria que contagiavam os habitantes dali / os habitantes dali eram contagiados pelos dias de alegria

02. A frase abaixo em que foi corretamente indicado o termo referido pelo vocábulo em destaque é:

a) Prefiro usar os dados a deixá-<u>los</u> sem aplicabilidade / dados

b) Todos sabiam <u>onde</u> o investimento era melhor aplicado / investimento

c) Desorganização é um defeito <u>que</u> deve ser avaliado / desorganização.

d) Disseram <u>que</u> eles não venceriam a competição / disseram

e) Estude os novos modelos de negócios e certamente <u>os</u> dominará / negócios

03. Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

a) "A resiliência, bem como a persistência, muda o futuro".

b) "Expectativa é a condição de quem espera para que algo aconteça".

c) "Como um sol, seus olhos brilhavam para mim".

d) "O coração é uma plantação que precisa de cuidados diários.".

e) "Ter paz é melhor do que ter razão".

04. Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

a) Os candidatos temiam a pesquisa de opinião.

b) Com a revelação, todos ficaram surpresos.

c) A palestra agradou aos participantes do evento.

d) Pelos olhares, os profissionais pareciam cansados.

e) A empresa responsável coletou o material após forte apelo.

05. O segmento abaixo que mostra uma estrutura textual diferente da que aparece nas definições:

a) O amor é um sentimento que leva uma pessoa a desejar o bem.

b) A pós-modernidade é o desencantamento em relação à ideia de um futuro garantido, certo, promovido pelas leis da história, necessariamente melhor, redentor.

c) A lei é responsável por controlar os comportamentos e ações dos indivíduos de acordo com os princípios da sociedade.

d) A vida é um delicado equilíbrio entre tomar boas decisões e evitar perigos.

e) Futuro: conjunto de fatos relacionados a um tempo que há de vir.

06. A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresente essa função.

a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.

b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.

c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.

d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.

e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

07. Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático. A frase abaixo que emprega corretamente essa estratégia é:

a) Paz é um estado permanente; transitório é o caos.

b) Forças de segurança acompanharam o desfile.

c) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.

d) O jogador disse preferir o antigo uniforme e que renovaria o contrato.

e) Quando estava em solidão, cantava as mais belas palavras.

08. "É preciso ser criterioso para fazer escolhas que definem o futuro; o critério é ser feliz". A relação semântico-gramatical que existe entre criterioso / critério se repete em:

a) evidência / evidentemente

b) importante / importância

c) rapidez / rapidamente

d) amar / amor

e) entretenimento / entreter

09. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

a) Nos sentíamos incomodados com tanta pressão.

b) As repetidas falhas implicaram em sua demissão.

c) Os empreendedores contaram-me uma história no qual acredito.

d) Lembro aquela música como quem lembra os áureos tempos de juventude.

e) Discordavam todos com aquela atitude.

10. "Vote no candidato X. Ele exercerá seu mandato com honestidade e transparência". Esse texto representa, respectivamente, o seguinte modo de organização discursiva e a finalidade do tipo textual:

a) dissertativo / informar

b) injuntivo / instruir

c) dissertativo / argumentar

d) descritivo / explicar

e) injuntivo / convencer

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

11. De acordo com a Constituição do Estado de Tocantins, o crime de responsabilidade praticado pelo Secretário de Estado de forma não conexa com o Governador será julgado:

a) pela Assembleia Legislativa do Estado.

b) pelo Juiz de Direito da Comarca de Palmas.

c) pelo Tribunal de Contas do Estado de Tocantins.

d) pelo Tribunal de Justiça.

e) pela Justiça de Paz.

12. Conforme previsto na Constituição Federal e na Constituição do Estado, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Diante disso, são princípios institucionais do Ministério do Público:

a) o interesse público, a razoabilidade e a imparcialidade.

b) a indivisibilidade, a vitaliciedade, a inamovibilidade.

c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

d) a vitaliciedade, a inamovibilidade, a irredutibilidade de subsídios.

e) a legalidade, a impessoalidade e a moralidade.

13. Conforme disposição do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Tocantins, NÃO constitui penalidade disciplinar aplicada aos servidores do Estado.

a) demissão.

b) suspensão.

c) repreensão.

d) advertência.

e) cassação de aposentadoria.

14. De acordo com o Regimento Interno do TJTO, são órgãos colegiados do Tribunal de Justiça, EXCETO.

a) o Tribunal Pleno.

b) o Conselho da Magistratura.

c) o Órgão Especial.

d) as Comissões Permanentes.

e) a Segunda Câmara Criminal.

15. De acordo com o Regimento Interno do TJTO, elaborar a lista tríplice, a ser enviada ao governador, para preenchimento da vaga de desembargador da classe do Ministério Público e da Advocacia (quinto constitucional) é uma competência.
a) do Conselho da Magistratura.

b) da Escola Superior da Magistratura.

c) a Presidência do Tribunal.

d) do Tribunal Pleno.

e) do Órgão Especial do Tribunal.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Elisabete Moreira

16. O monitoramento das atividades dos colaboradores da organização, com vistas ao atendimento das metas estabelecidas, corresponde à atividade típica da função de administração denominada

a) controle.

b) organização.

c) direção.

d) liderança.

e) planejamento.

17. A organização linear constitui em um dos tipos mais simples de organização e encontra-se baseada nos seguintes princípios:

a) cadeia escalar, subordinação dos interesses individuais aos gerais, remuneração do pessoal e ordem.

b) supervisão única, unidade de direção, centralização da autoridade e cadeia escalar.

c) subordinação dos interesses individuais aos gerais, remuneração do pessoal, estabilidade do pessoal e iniciativa.

d) autoridade e responsabilidade, divisão do trabalho, disciplina e unidade de comando.

e) espírito de equipe, equidade, ordem e centralização da autoridade.

18. O processo de comunicação pode fluir em diferentes direções, sendo sua dimensão definida de acordo com o contexto. Em uma situação na qual os relatórios de desempenho dos funcionários são enviados para análise dos altos executivos da organização, está ocorrendo uma comunicação

a) horizontal.

b) descendente.

c) ascendente.

d) diagonal.

e) cíclica.

19. Em determinada organização, o administrador se baseia na teoria situacional para liderar seus subordinados. Seguindo essa teoria, ao reconhecer que possui subordinados competentes e dispostos, o administrador deve assumir uma postura de

a) direção

b) persuasão

c) orientação

d) delegação

e) participação

20. Um administrador acaba de assumir a chefia da área de operações da empresa em que trabalha. O administrador tem pouco tempo de casa e sua promoção foi vista com desconfiança e insatisfação pelos colegas de equipe. O setor é responsável por projetos importantes de melhoria e inovação na área fim de atuação da empresa. Os membros da equipe são especialistas em suas áreas de atuação e seu trabalho é bastante valorizado pela empresa. O novo chefe entende que terá pouca liberdade para recompensar ou punir os membros da equipe.

Pelo modelo contingencial de liderança de Fiedler, na situação descrita, o estilo de liderança mais eficaz seria:

a) orientado para o relacionamento;

b) orientado para a tarefa;

c) transacional;

d) transformacional;

e) apoiador.

21. Em uma entrevista de processo seletivo, o responsável pela seleção perguntou ao candidato o que o motiva a trabalhar na organização. O candidato respondeu: "Tenho amigos que trabalham aqui e o que me atrai é saber que o clima e o ambiente de trabalho são muito bons e há muita cooperação e interação entre os funcionários".

Segundo a hierarquia das necessidades de Maslow, a motivação do candidato é satisfazer necessidades do tipo:

a) fisiológicas;

b) de segurança;

c) sociais;

d) de estima;

e) de autorrealização.

22. Entre os diferentes tipos de decisões tomadas no âmbito de uma organização, existem aquelas classificadas pela literatura como "não programadas", aplicáveis a situações:

a) vivenciadas no dia a dia da organização, mas que demandam, para sua solução, a adoção de um processo intuitivo.

b) não rotineiras, cuja resolução não é viável com a mera utilização do acervo de soluções disponíveis na organização.

c) que não comportam uma solução individual, demandando um processo coletivo de construção de consenso.

d) de grande impacto, porém que comportam solução com base em procedimentos sistematizados e já utilizados no âmbito da organização.

e) exógenas à organização e que demandam, para sua solução, da intervenção de um agente externo.

23. O gestor de uma determinada organização decidiu testar um novo método de avaliação de desempenho, que consistia basicamente em todos os trabalhadores, independentemente da sua posição hierárquica, serem simultaneamente avaliadores (conservando o anonimato) e avaliados. Esse método é denominado:

a) autoavaliação;

b) avaliação 360°;

c) avaliação por resultados;

d) avaliação por objetivos;

e) avaliação pelo superior hierárquico

24. O modelo de excelência predicado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) é consagrado como um referencial para o aprimoramento da gestão nas organizações, comportando também, com as devidas adaptações, aplicação à Administração pública,

a) que deve estar alicerçada no binômio princípios aplicáveis à Administração pública e fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea.

b) que é somente aplicável a pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

c) que é parcialmente aplicável, não comportando adoção dos critérios de excelência preconizados pela Fundação.

d)não admitindo, contudo, a premiação, eis que o sistema de pontuação em que esta se baseia somente é aplicável a instituições privadas.

e) afastando a incidência do regime jurídico próprio da Administração para efeito de atingimento das metas da Fundação.

25. É fundamental, para as organizações, o funcionamento operacional dos estoques e o seu controle, assim como os critérios que podem ser utilizados na renovação desses estoques. Dois sistemas se apresentam como respostas básicas para operacionalizar o controle de estoques. Aquele que se baseia na determinação do momento ideal para a renovação do estoque, definido pelo instante em que o estoque de um material atinge um certo nível que sinalizará a necessidade de uma reposição, é denominado sistema:

a) Primeiro a entrar, último a sair.

b) "60-40".

c) "X-Y".

d) "Q".

e) "P".

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

26. No exercício regular de suas competências, Doquinha, chefe do setor administrativo da Secretaria de Infraestrutura do Município de Fabianópolis, instaurou processo administrativo visando à aquisição de produtos de higiene. Posteriormente, veio a ordenar expressamente que seus subordinados o fizessem. Coxinha, Secretário Municipal de Infraestrutura, procedeu à revogação do ato de compra, por considerá-lo contrário ao interesse público.

No caso em tela, considerando a doutrina acerca dos poderes administrativo, o ato de Coxinha é manifestação do poder:

a) hierárquico, sendo empregado de modo correto, pois Coxinha tanto pode anular, como revogar os atos de Doquinha;

b) disciplinar, sendo empregado de modo correto, pois Coxinha tanto pode anular, como revogar os atos de Doquinha;

c) hierárquico, sendo empregado de maneira incorreta, pois o Secretário deveria anular o ato e não o revogar;

d) disciplinar, sendo empregado de maneira incorreta, pois só poderia agir no caso ilegalidade do ato;

e) hierárquico, sendo empregado de maneira incorreta, pois Coxinha só possui prerrogativa para suspender o ato.

27. Com a intenção de ampliar a capacidade atendimento e de resolução de processos administrativos, o Estado de Fabianolândia editou lei específica destinada à criação de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, transferindo-lhe a competência para a prestação de serviços públicos típicos de Estado.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, essa criação de uma nova entidade, com o objetivo de ampliar a capacidade atendimento e de resolução de processos administrativos e assim atender ao princípio da eficiência, decorre da:

a) centralização administrativa;

b) descentralização por outorga;

c) desconcentração por colaboração;

d) desconcentração por outorga;

e) descentralização territorial.

28. Doquinha é técnico administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Fabianolândia. Por ter concluído mais de um ano de efetivo exercício, foram-lhe deferidas férias pelo período de 30 dias. Passados 15 dias do primeiro dia do início do gozo de suas férias, Doquinha foi ordenado a retornar ao exercício de seu cargo, pois todos os demais técnicos administrativos da comarca em que exercia suas funções estavam hospitalizados. Sendo assim, expediu-se ato revogando a concessão das férias de Doquinha.

À luz dos Princípios Constitucionais, é correto afirmar que o ato de revogação das férias está relacionado ao princípio da:

a) proporcionalidade, que assegura ao administrador o poder de praticar atos destinando a atender o interesse público, ainda que sejam ilegais;

b) moralidade, que impõe a administração o dever de revogar seus atos ilegais ou inoportunos;

c) razoabilidade, pois à administração é permitida a revogação de qualquer ato, mesmo que que atinja o direito adquirido;

d) eficiência, que veda a concessão de férias ao servidor público, a fim que este preste serviços à administração ininterruptamente;

e) autotutela, que assegura à administração o poder de revogar seus atos, por motivo de conveniência ou oportunidade.

29. Em matéria de controle da Administração Pública, de acordo com o ordenamento jurídico e a doutrina de Direito Administrativo, o controle judicial:

a) é exercido pelo Tribunal de Contas, mediante controle externo, sobre o mérito dos atos da Administração;

b) é exercido pelo Poder Judiciário, mediante controle interno, sobre o mérito dos atos da Administração;

c) é exercido pelo Tribunal de Contas, mediante controle interno, sobre o mérito dos atos da Administração;

d) é exercido pelo Poder Judiciário, mediante controle externo, sobre a legalidade dos atos da Administração;

e) é exercido pelo Ministério Público, mediante controle externo, sobre a legalidade dos atos da Administração.

30. Um dos atributos do ato administrativo determina que este se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância ou aquiescência.

Esse atributo é denominado de:

a) presunção de veracidade;

b) imperatividade;

c) tipicidade;

d) presunção de legitimidade;

e) autoexecutoriedade.

31. Doquinha, servidor público do Estado de Fabianolândia, no exercício de suas funções, atingiu Coxinha acidentalmente com uma tesoura, o que veio a lhe causar ferimentos expostos.

Coxinha foi à Defensoria Pública do Estado, sendo orientado que a responsabilidade pelos danos que lhes foram causados é:

a) de Doquinha e do Estado de Fabianolândia, sendo necessária a comprovação da culpa do agente público;

b) somente de Doquinha, independentemente de sua culpa;

c) do Estado de Fabianolândia, atendidos os requisitos necessários, independentemente da culpa de Doquinha;

d) somente de Doquinha, desde que comprovado seu dolo;

e) do Estado de Fabianolândia, sendo imprescindível a comprovação do dolo de Doquinha.

32. O Governo do Estado de Fabianolândia pretende realizar a alienação de imóvel que não vem sendo utilizado pela administração estadual. Para isso, optou pela realização de licitação na modalidade leilão por meio de leiloeiro oficial.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, na realização do leilão, o leiloeiro oficial:

a) poderá ser selecionado por meio de credenciamento, adotando-se o critério de maior desconto para as comissões a serem cobradas;

b) deverá ser selecionado por meio de licitação na modalidade concorrência, adotando-se o critério de melhor técnica e preço para as comissões a serem cobradas;

c) poderá ser selecionado por meio de licitação na modalidade diálogo competitivo, adotando-se o critério de maior desconto para as comissões a serem cobradas;

d) deverá ser selecionado por meio de licitação na modalidade convite, adotando-se o critério de maior desconto para as comissões a serem cobradas;

e) poderá ser selecionado por meio de licitação na modalidade pregão, adotando-se o critério de melhor técnica e preço para as comissões a serem cobradas.

33. Doquinha, servidor público do Município de Fabianópolis, recebeu, dolosamente, vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de dez mil reais, para facilitar a aquisição de bem móvel pela administração municipal por preço superior ao valor de mercado.

Assim agindo, de acordo com a Lei nº 8.429/92, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Doquinha:

a) praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos;

b) praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;

c) não praticou ato de improbidade administrativa, pois a conduta não está tipificada na legislação;

d) praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos;

e) não praticou ato de improbidade administrativa, haja vista não ter havido danos ao erário.

34. Após regular procedimento licitatório realizado pelo setor de licitações da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Fabianópolis, foi contratada a sociedade empresária Alfa para realização de obra de engenharia. Posteriormente, devido a atraso injustificado para iniciar a obra, a administração municipal determinou a rescisão contratual unilateralmente.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, caso a sociedade empresária Alfa decida interpor recurso, deverá fazê-lo no prazo de:

a) 30 dias, a contar da intimação do ato;

b) 3 dias úteis, a contar da publicação do ato;

c) 2 dias úteis, a contar da intimação do ato;

d) 10 dias, a contar da publicação do ato;

e) 5 dias úteis, a contar da intimação do ato.

35. Em relação à revogação de um ato praticado por um agente público vinculado ao Poder Executivo estadual, é correto afirmar que o ato de revogação:

a) pode ser exercido tanto pela administração pública, quanto pelo poder judiciário;

b) produz efeitos *ex tunc*;

c) atinge atos válidos;

d) tem natureza de ato administrativo vinculado;

e) alcança atos vinculados e discricionários.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

36. Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

a) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.

b) Carl Schimitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.

c) A Atual Constituição brasileira, quanto à estabilidade, é classificada como semirrígida, em razão de conter cláusulas pétreas em seu texto, que não podem ser abolidas nem mesmo por emenda.

d) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.

e) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

37. João, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre João, é correto afirmar que:

a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.

b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.

c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.

d) Os pais de João, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.

e) João não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

38. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil. A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um deles três décimos por cento de seu eleitorado.

b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.

c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.

e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

39. Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

40. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a alternativa correta.

a) Os Territórios integram a União e são criados por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional. Os Territórios, diferentemente do Distrito Federal, poderão ser divididos em Municípios.

b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pela Assembleia Legislativa, por meio de decreto legislativo, observados os limites constitucionais.

e) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

41. Considere as afirmativas a seguir:

I. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.

II. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, apenas, mediante plebiscito e referendo.

III. A idade mínima como condição de elegibilidade para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Senador é de trinta e cinco anos, sendo de vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.

IV. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Em relação aos direitos políticos, está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) II e IV.

e) I, II e III.

42. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação INCORRETA.

a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça ocupam no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.

b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da

República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.

c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.

d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correcional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

e) Embora seja órgão do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição, de maneira que a legalidade e a constitucionalidade de suas decisões poderão ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, quando provocado.

43. Historicamente, os direitos fundamentais passaram a ser garantidos nos ordenamentos jurídicos de forma gradual. Com o tempo, os estudiosos classificaram tais direitos em gerações/dimensões: tradicionalmente a 1ª geração, a 2ª geração e a 3ª geração. Esta última possui natureza supraindividual e titularidade difusa, tendo como exemplo o direito:

a) a vida.

b) ao meio ambiente.

c) a propriedade.

d) a saúde.

e) a educação.

44. Acerca da associação profissional ou sindical prevista na Constituição Federal e no entendimento sumulado do STF, assinale a alternativa incorreta.

a) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

c) A contribuição confederativa para custeio do sistema confederativo e de representação sindical de categoria profissional, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

d) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

45. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

a) Educação, saúde, moradia e propriedade.

b) Lazer, trabalho, transporte e alimentação.

c) Previdência social, assistência aos desamparados, educação e liberdade de crença religiosa.

d) Trabalho, segurança, propriedade e liberdade de associação.

e) Proteção à maternidade e à infância, lazer, moradia e liberdade de reunião.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

46. Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

a) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, o prazo de vacância volta a correr de onde parou, porém, desde que a alteração seja destinada a correção.

b) Uma nova lei, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

c) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige em detrimento das exigências do bem comum.

d) Ressalvadas as disposições em contrária, a lei começa a vigorar no Brasil um mês depois de oficialmente publicada e em três meses, em se tratando dos Estados Estrangeiros.

e) Reputa-se ato jurídico perfeito a decisão judicial de que já não caiba recurso.

47. Anderson é um renomado escritor. Sua fama se deu em razão de suas obras sobre vida extraterreste. Com o intuito de proteger sua identidade do ataque de *hackers* e de *haters*, ele adotou desde o início de seu trabalho o pseudônimo *Mister A*. Diante disto, assinale a alternativa que esteja de acordo com o Código Civil de 2002:

a) Ao adotar como meio de identificação o pseudônimo, Anderson está incorrendo no crime de falsidade ideológica, ainda que o intuito seja para fins de proteção de sua real identidade.

b) É lícita a utilização do pseudônimo, porém, caso este sofra alguma transgressão ou seja empregado por outrem em publicações ou representações que o exponham ao desprezo público, Anderson nada poderá fazer.

c) Caso a vida privada de Anderson seja violada, será competente o Ministério Público para requerer ao juízo que faça cessar os atos atentatórios à vida íntima do autor.

d) Por tratar-se de pseudônimo conhecido publicamente, é permitido que seja utilizado em propagandas comerciais, ainda que sem autorização de Anderson.

e) Não se constatando qualquer ilicitude na utilização do pseudônimo por Anderson, o pseudônimo "Mister A." goza da mesma proteção conferida ao nome.

48. Sobre o domicílio da pessoa jurídica, assinale a alternativa que esteja de acordo com o que dita o Código Civil de 2002:

a) Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Estado Estrangeiro, a que ela corresponder.

b) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, somente um deles, eleito pela maioria simples dos votos dos sócios e/ou administradores, será considerado domicílio.

c) Em se tratando das pessoas jurídicas em geral, será seu domicílio o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

d) Em se tratando da União, pessoa jurídica de direito público, é considerado seu domicílio a capital de cada um dos Estados federados.

e) Em se tratando dos Estados, pessoas jurídicas de direito público, é considerado seu domicílio o lugar onde funcione a administração estadual.

49. Segundo o Código Civil de 2002, será nulo:

a) O negócio jurídico simulado, no entanto, subsistirá o que se dissimulou, desde que válido na substância e na forma.

b) O negócio jurídico quando celebrado por relativamente incapaz.

c) O negócio jurídico eivado pelo vício da fraude contra credores.

d) O negócio jurídico em que a lei implicitamente o declare.

e) O negócio jurídico em que for preterida alguma solenidade, ainda que a lei não a considere essencial para a sua validade.

50. Caio ao cruzar o sinal vermelho abalroou o carro de Madalena, causando-lhe danos materiais. Seis meses depois, em razão da troca de mensagens para fins de acertar as contas relativas ao conserto dos carros, ambos se apaixonaram e no ano seguinte casaram-se. Seis anos depois, o casal se desentendeu e resolveram se divorciar. Revoltada, Madalena pretende ajuizar ação de indenização em face de Caio, para reaver os valores que nunca foram pagos, decorrentes do acidente automobilístico. Diante de tais fatos e de acordo com o CC/2002:

a) A ação proposta por Madalena não deve prosperar, pois encontra-se prescrita, uma vez que prescreve em três ano a pretensão de reparação civil.

b) A ação de Madalena não deve prosperar, pois decaiu em três anos, o direito para reaver os valores relativos aos danos materiais sofridos no acidente automobilístico.

c) A ação de Madalena não deve prosperar, pois o casamento com o causador do dano implica automaticamente a remissão da dívida.

d) A ação de Madalena deve prosperar e o prazo prescricional de três anos começa a contar a partir da data do divórcio.

e) A ação de Madalena deve prosperar, porém, resta-lhe apenas um ano e meio para a propositura da ação, contado a partir da data do divórcio.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

51. Considere que tenha sido proposta ação de execução. O executado pretende alegar a incompetência absoluta do juízo. Nesse caso, o executado deve ofertar:

a) embargos à execução.

b) exceção de incompetência.

c) impugnação.

d) contrarrazões.

e) contestação.

52. Suponha que o proprietário de um imóvel situado em Paraíso do Tocantins toma notícia de que o imóvel foi invadido.

O proprietário reside em Palmas, Tocantins, e propôs a ação de reintegração de posse na comarca de Palmas.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) a ação foi proposta no foro competente.

b) o foro é relativamente incompetente, mas a competência pode ser prorrogada se não houver alegação de incompetência pelos réus.

c) o foro é relativamente incompetente e a incompetência deve ser reconhecida de ofício pelo juiz.

d) o foro é absolutamente incompetente, mas a competência pode ser prorrogada se não houver alegação de incompetência pelos réus.

e) o foro é absolutamente incompetente e a incompetência deve ser reconhecida de ofício pelo juiz.

53. A respeito da citação, assinale a alternativa correta:

a) a citação é o ato mediante o qual o réu é citado para contestar.

b) o comparecimento espontâneo do demandado não supre a falta de citação, que deverá ser posteriormente ratificada.

c) a citação determinada por juízo incompetente não implica litispendência.

d) se for prolatada decisão de improcedência liminar do pedido e essa decisão transitar em julgado, o réu não será citado, e sim comunicado a respeito do resultado do julgamento.

e) não há previsão de citação por hora certa no CPC/2015.

54. Alex, maior de idade, é credor da quantia de R$ 10.000,00 em face de seu amigo, Bernardo.

Bernardo não fez o pagamento da dívida. Alex, sabendo que Bernardo está em situação financeira difícil, optou por não exigir o valor.

O pai de Alex, Cláudio, tomando conhecimento do fato, propôs ação de cobrança contra Bernardo. A ação foi proposta pelo próprio Cláudio, em seu nome, mas o pedido é de condenação de Bernardo ao pagamento em benefício de Alex.

Citado, Bernardo não se manifestou no processo. Sua revelia foi decretada.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) o juiz deve proferir decisão de procedência, com julgamento de mérito.

b) o juiz deve proferir decisão de improcedência, com julgamento de mérito.

c) o juiz deve extinguir o processo sem resolução de mérito.

d) o juiz deve determinar que Cláudio especifique as provas que pretende produzir.

e) o juiz deve determinar a citação de Alex.

55. Dário é autor de uma ação de cobrança. No curso da ação, Dário faleceu.

Seu filho, Eduardo, pretende dar seguimento ao processo. Assim, Eduardo se habilitou nos autos e passou a exercer o papel do polo ativo na ação. Esse fenômeno processual é conhecido como:

a) substituição processual.

b) sucessão processual.

c) embargos de terceiro.

d) litisconsórcio.

e) denunciação à lide.

56. A única modalidade de intervenção de terceiros que é forçada e que só ocorre no polo passivo da ação é:

a) a assistência.

b) a oposição.

c) os embargos de terceiro.

d) o chamamento ao processo.

e) a denunciação da lide.

57. Suponha que em determinada ação de cobrança de dívida contratual, o único pedido da inicial tenha sido o de condenação ao pagamento da dívida.

Na sentença, o juiz julgou procedente o pedido, determinando que o réu pagasse o valor da dívida. No entanto, além disso, o juiz condenou o réu ao pagamento de juros legais, de correção monetária e, em favor do advogado da parte autora, de honorários de sucumbência.

É correto afirmar que:

a) a sentença é *extra petita* em relação aos juros, em relação à correção monetária e em relação aos honorários de sucumbência.

b) a sentença é *extra petita* apenas em relação aos juros legais e à correção monetária.

c) a sentença é *ultra petita* em relação aos juros, em relação à correção monetária e em relação aos honorários de sucumbência.

d) a sentença é *ultra petita* apenas em relação aos juros e à correção monetária.

e) a sentença é plenamente válida.

58. José, casado com Maria no regime de comunhão universal, é filho de Fabrício. Fabrício não consta como pais de José no seu registro de nascimento, mas Fabrício entregou a José documento em que confessava a paternidade.

Após a morte de Fabrício, seus filhos, Luiz e Lucas, promoveram o inventário e partilha dos bens, mas José não participou do ato, pois nem Luiz nem Lucas sabiam que ele era filho de Fabrício.

José, tomando conhecimento da situação, pretende promover ação de petição de herança.

Ocorre que a sua esposa, Maria, sofreu acidente de trânsito e não mais consegue manifestar a sua vontade.

Nessa situação, é correto afirmar que:

a) José poderá propor a ação sem a vênia de Maria, uma vez que o seu consentimento não é necessário na ação de petição de herança.

b) José poderá requerer, na sua ação, o suprimento da vontade de Maria.

c) José poderá apresentar a ação, mas o juiz deverá determinar a suspensão do processo até que Maria possa manifestar sua vontade.

d) José poderá apresentar a ação sem o consentimento de Maria, mas o juiz deverá determinar ao Ministério Público o exercício da curatela especial dos direitos de Maria.

e) José não pode propor a ação nessas circunstâncias, pois é inviável a obtenção do consentimento de Maria.

59. Na inicial de uma ação de execução formulada em face de uma sociedade limitada, o exequente requereu a desconsideração da personalidade jurídica e, por isso, solicitou a citação do sócio majoritário.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) o pedido de desconsideração da personalidade jurídica não pode ser formulado em sede de execução.

b) a ação de execução permanecerá suspensa enquanto se processa o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

c) o pedido de desconsideração da personalidade jurídica pode ser formulado na petição inicial.

d) antes do deferimento da desconsideração da personalidade jurídica, é necessário que a situação de insolvência da sociedade seja comprovada em ação de conhecimento.

e) o pedido de desconsideração não foi formulado de maneira adequada, pois todos os sócios deveriam ser citados.

60. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, o executado será intimado para pagar o débito, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade de pagamento no prazo de:

a) 3 dias.

b) 5 dias.

c) 8 dias.

d) 10 dias.

e) 15 dias.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

61. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território do Uruguai, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, argentino residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.

b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.

c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.

d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.

e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

62. Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Príapo de um curso preparatório, sequestrando seu desafeto, mantendo-o em cárcere privado por dois meses, quando o cativeiro é descoberto pela polícia e a vítima é resgatada. De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

a) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;

b) responder pelo crime, em razão da teoria mista;

c) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;

d) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;

e) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

63. Um indivíduo agiu prevendo o resultado naturalístico adverso de sua ação, mas esperava que este não viesse a ocorrer. Nesse caso, a conduta do indivíduo corresponde ao conceito jurídico de

a) culpa consciente.

b) dolo eventual.

c) dolo de segundo grau.

d) culpa presumida.

e) dolo de perigo.

64. É causa de exclusão da culpabilidade

a) a embriaguez preordenada.

b) o erro de tipo invencível.

c) o agir sob violenta emoção.

d) a embriaguez culposa.

e) o erro de proibição escusável.

65. Acerca dos crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

a) admite-se a continuidade delitiva entre roubo e extorsão, porquanto crimes da mesma espécie;

b) o crime de furto não se consuma quando, após invertida a posse, o agente é perseguido pela autoridade ou pela própria vítima e o bem é reavido;

c) o crime de extorsão mediante sequestro é material e somente se consuma com o efetivo pagamento da vantagem como condição ou preço do resgate;

d) diferenciam-se roubo e extorsão pelo grau de colaboração da vítima: no roubo, a participação da vítima é indispensável para a obtenção da vantagem; na extorsão, o grau de participação da vítima é irrelevante para a consecução do objetivo;

e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse desvigiada.

66. Saulo se desentendeu, na fila do caixa de um supermercado, com outra consumidora, Viviane, que estava no 8º mês de gestação, e lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Viviane perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Viviane apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Considerando o estado gravídico evidente de Viviane, a conduta praticada por Saulo configura o crime de:

a) lesão corporal seguida de morte;

b) lesão corporal qualificada pelo aborto;

c) aborto na modalidade dolo eventual, apenas;

d) aborto culposo, ficando a lesão corporal absorvida;

e) lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.

67. Conforme a Lei n.º 8.072/1990, é considerado hediondo o crime de

a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de mulheres.

b) infanticídio.

c) extorsão qualificada por qualquer resultado.

d) lavagem de dinheiro.

e) epidemia com resultado morte.

68. No que concerne ao conceito de funcionário público e equiparados, para fins penais (CP, art. 327), é correto afirmar que

a) a falta de remuneração impede a caracterização do indivíduo como funcionário.

b) a transitoriedade da função pública afasta a possibilidade de caracterização do indivíduo como funcionário.

c) aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública é equiparado a funcionário.

d) por ausência de expressa previsão legal, aquele que exerce cargo em entidade paraestatal não é considerado funcionário.

e) o funcionário que trabalha em função de direção em fundação instituída pelo poder público, ao cometer crime contra a Administração, terá a pena aumentada de metade.

69. Carlos, servidor público municipal, negou-se, após sua função ter sido alterada, a devolver um notebook do município que lhe fora cedido em razão de seu cargo para realização de serviços que não mais faria para a prefeitura. Na delegacia, Carlos informou falsamente à autoridade policial que o aparelho havia sido furtado por alguém desconhecido. Durante a investigação policial, verificou-se que o notebook era utilizado, na realidade, pela filha do servidor, para fins particulares

Considerando-se essa situação hipotética, a legislação penal vigente e o entendimento sumulado do STJ, é correto afirmar que Carlos responderá por

a) peculato-furto e denunciação caluniosa.

b) peculato-desvio e falsa comunicação de crime.

c) peculato mediante erro de outrem e denunciação caluniosa.

d) fraude processual e falsa comunicação de crime

e) favorecimento real e fraude processual.

70. Segundo os dispositivos da Lei nº 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, acerca dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos, assinale a afirmativa correta.

a) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

b) Deve o Juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor máximo para reparação dos danos causados pelo crime, considerando o caráter punitivo da obrigação de indenizar.

c) A perda do cargo, do mandato ou da função pública decorre automaticamente da condenação por crime de abuso de autoridade.

d) Em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade, é prevista pena de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

e) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade poderá ser condenado à pena restritiva de direitos cumulada com a privativa de liberdade.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

71. No Inquérito policial, após a sua instauração, a autoridade policial não poderá mandar arquivá-lo. Considerando-se as características no inquérito policial, é correto afirmar que o texto anterior discorre acerca:

a) da dispensabilidade do inquérito policial.

b) da oficiosidade do inquérito policial.

c) do procedimento inquisitivo do inquérito policial.

d) da indisponibilidade do inquérito policial.

e) da oficialidade do inquérito policial.

72. No dia 02.03.2021, Ted foi vítima do delito de dano simples, o qual somente se opera mediante queixa. Em razão disso, Ted se dirigiu até a Delegacia e solicitou providências. Apenas em 10.10.2021 tomou conhecimento de que Barney era o autor do fato. Em 10.02.2022, Ted ajuizou uma ação penal privada em face de Barney, sendo que este recusou a acordo de não persecução penal e transação penal, o que resultou na instrução do processo. Posteriormente, foi recebida a queixa crime, que ocorrer após oito meses da ciência da autoria. Depois da realização da audiência de instrução e julgamento, o querelante, embora devidamente intimado, deixou de formular pedido de condenação nas alegações finais. Considerando os fatos narrados, assinale a alternativa correta.

a) Não é obrigatório o querelante apresentar pedido de condenações nas alegações finais, tendo em vista que já fez este pedido na queixa-crime.

b) Ocorreu a decadência, tendo em vista que transcorreu mais de seis meses entre a ocorrência do fato e o ajuizamento da ação.

c) Ocorreu a prescrição retroativa antecipada ou prescrição pela pena *"in perspectiva"*.

d) No crime de dano simples é incabível acordo de não persecução penal, por se tratar de ação penal privada.

e) Ocorreu a perempção, por ter o querelante deixado de formular pedido de condenação nas alegações finais.

73. De acordo com o Código de Processo Penal o juiz será considerado suspeito se:

a) ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.

b) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.

c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão

d) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.

e) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

74. Caso o acusado, que foi citado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado,

a) poderá determinar a produção antecipadas das provas consideradas urgentes.

b) será citado por edital, com o prazo de 15 dias.

c) o processo seguirá sem a presença dele.

d) suspenderá o processo por prazo indeterminado.

e) será interrompido o prazo prescricional.

75. A respeito de sentença prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) O querelante ou o assistente será intimado da sentença, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado. Se nenhum deles for encontrado no lugar da sede do juízo, a intimação será feita mediante edital com o prazo de 10 dias, afixado no lugar de costume.

b) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

c) Nos crimes de ação pública, o juiz não poderá proferir sentença condenatória, se o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, nem reconhecer agravantes, caso nenhuma tenha sido alegada.

d) A intimação da sentença será feita ao réu, na pessoa de seu defensor, se estiver preso.

e) O escrivão, dentro de três dias após a publicação, e sob pena de suspensão de cinco dias, dará conhecimento da sentença ao órgão do Ministério Público e ao defensor constituído pelo réu ou Defensoria Pública.

76. Segundo o Código de Processo Penal, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando:

a) não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal.

b) a denúncia for manifestamente inepta.

c) verificar a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, inclusive a inimputabilidade.

d) não existir prova suficiente para a condenação.

e) verificar a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

77. Acerca do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, assinale a assertiva INCORRETA.

a) Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.

b) O procedimento será concluído no prazo máximo de 90 dias.

c) O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

d) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.

e) A acusação deverá arrolar testemunhas, até o máximo de 8, na denúncia ou na queixa.

78. Quando o agente é perseguido pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer outra pessoa logo após a prática do fato delituoso, em situação que faça presumir ser autor da infração, caracteriza um:

a) flagrante assimilado.

b) flagrante irreal.

c) flagrante próprio.

d) flagrante preparado.

e) flagrante ficto.

79. Em relação ao habeas corpus e seu processo, considere os próximos itens.

I – O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.

II – A coação será considerada ilegal quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.

III – Não cabe o habeas corpus contra a prisão administrativa, atual ou iminente, dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à Fazenda Pública, alcançados ou omissos em fazer o seu recolhimento nos prazos legais, salvo se o pedido for acompanhado de prova de quitação ou de depósito do alcance verificado, ou se a prisão exceder o prazo legal.

Está correto apenas o disposto em:

a) I, II e III.

b) I e II.

c) II e III.

d) I e III.

e) Nenhuma das alternativas.

80. No que tange a lei processual no tempo, o Código de Processual Penal adotou o:

a) sistema da preponderância judicial.

b) sistema do isolamento dos atos processuais.

c) sistema inquisitivo.

d) sistema da unidade processual.

e) sistema das fases processuais.

Preencha seu gabarito

https://bit.ly/Simulado-TJ-TO-21-05

NÃO É ASSINANTE?

https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões